Câmara M*unicipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei no. 581/2015, de 30 de junho, de 2015.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde

aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciona seguinte Lei:

CAPÍTULO DAS DISPOSICÕES PRELIMINARES

Art. 1o. Em cumprimento às disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual, da Lei Municipal e da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Santa Bárbara do Monte Verde para exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I. Prioridades e metas da Administração Pública

Municipal;

Estrutura do orçamento municipal; III. Elaboração, alteração e execução orçamentária; IV. Despesas de pessoal e encargos sociais;

Condições para concessão de recursos públicos;

Alteração na legislação tributária; *V*II. Disposições sobre a dívida pública municipal; e

Disposições finais.

VI.

VIII.

Parágrafo Único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos:

a) Prioridades e metas elaboradas em conformidade

com as disposições do Plano Plurianual - PPA 2014-2017;

b) Metas fiscais elaboradas em conformidade com os

$S 1o e 2o do art.4o, da Lei Complementar no 101, de 2000;

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

c) Riscos e eventos fiscais elaborados em conformidade com o $3o do art. 4o, da Lei Complementar no. 101, de 2000.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇ*Ã*O

PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2o. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional e legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades municipais são as constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na lei orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo em limite á programação das despesas.

$1o. O orçamento Anual será elaborado em consonância as prioridades e metas de que trata o caput desse artigo e deverão estar adequadas ao Plano Plurianual - PPA-2014-2017

$2o. Na elaboração e durante a execução do orçamento do exercício financeiro de 2016, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma assegurar o equilíbrio das contas publicas e o atendimento às necessidades estabelecidas.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art.3o. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e será elaborado levando-se em conta à estrutura organizacional do Município suas possíveis alterações.

Art.4o. A proposta orçamentária do Município evidenciará as receitas por rubricas e suas respectivas despesas, por função,

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

T

ILMAS

subfunção, programa, projetos, atividades e operações especiais de cada unidade gestora e conterá:

Mensagem encaminhando o projeto de lei;

Texto da lei; Ul. Demonstrativo da receita e despesa, segundo as

categorias econômicas; IV. Sumário geral da receita por fontes e da despesa por

funções de governo; *V.* Quadro das dotações por órgãos de governo e

adminis VI. Demonstrativo da despesa por órgãos e funções; VII. Programa de trabalho através da funcional programática;

е VIII. Demonstrativo da despesa segundo sua natureza.

0*2*

Art. 5o. Para efeito desta Lei entende-se por:

I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da ação de governo;

III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV. Operação especial, as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo Único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2016 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionas, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

CAPÍTULO IV DA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO

ORÇAMENTÁRI*A*

Art.6o. A proposta orçamentária do Município, relativa ao

exercício financeiro de 2016, devera ser elaborada em conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, prioridade de investimentos nas áreas sociais, austeridade na gestão dos recursos públicos, modernização na ação governamental, transparência na elaboração

e execução do orçamento.

Art. 7o O Poder Legislativo elaborará seu detalhamento de despesas para o exercício financeiro de 2016, observadas as determinações contidas nesta Lei e no art. 29-A da Constituição Federal, devendo encaminhá-lo ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de remessa da proposta orçamentária a Câmara Municipal.

Art.8o. As emendas ao projeto de lei orçamentária devem obedecer ao disposto no $3o do art. 166 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

I. Dotação com recursos vinculados; II. Dotações referentes à contrapartida; III. Dotações referentes a obras em andamento; e

IV. Dotações referentes a precatórios e sentenças

judiciais.

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 9o. A proposta orçamentária de 2016 contemplará autorização ao chefe Fo Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei no. 4320, de 17 de março de 1964, visando:

I. Criar, quando for o caso, natureza de despesa em

categoria de programação, já existente;

II. Movimentar, internamente, o orçamento quando as dotações existentes se mostrarem insuficientes para a realização de determinadas despesas, e

III. Incorporar valores que excedam às previsões

constantes da Lei Orçamentária de 2016.

Art. 10. O Poder Executivo poderá, mediante lei específica transpor, remanejar e transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no parágrafo único do art. 5o desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 11. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, incluir ou alterar fontes de recursos nas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016, respeitadas as devidas vinculações.

Parágrafo Único. A movimentação entre fontes de recursos de uma única dotação orçamentária não configura abertura de credito adicional.

Art.12. O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260*/*0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

desenvolvimento do ensino, como estabelece o artigo 212 da Constituição Federal no 11.494, de 20 de junho de 2007.

Parágrafo Único. O Município aplicará parte dos recursos a que se refere caput deste artigo, na manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, nos termos estabelecidos no art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 13. A proposta orçamentária consignara previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2016, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e alínea "b", do inciso le 83° do art. 159 da Constituição Federal.

Art. 14. O Orçamento de 2016 deverá conter Reserva de Contingência, limitada a 2% (dois por cento) da Receita corrente líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e ventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis.

Parágrafo Unico. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

Art. 15. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no 83o do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art.24, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Art. 16. Até 30 (trinta) dias após a aprovação e publicação da Lei Orçamentária de 2016, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como as metas bimestrais de arrecadação.

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. O cronograma anual de desembolso

do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos, respeitado o limite constitucional, o prazo mensal e a proporção fixada na Lei Orçamentária de 2016, em observância as regras dispostas nos incisos I a III do $2o do art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 17. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Executivo e Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2016.

$1o Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

$2o. Na hipótese de ocorrência do dispositivo no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indispensável para empenho e para movimentação financeira.

$3o. Para efeito da aplicação deste órgão serão considerados, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas correntes que não são afetas a serviços básicos.

$4o. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda

que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art.18. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.19. A destinação de recursos para novos projetos somente será permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio, salvos os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.20. Para efeito do disposto nos incisos V e X do art. 37 e inciso II do §1o do art. 169 da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar no101, de 2000, fica estabelecido que a Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo, poderão criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreira, realizar concurso público, conceder qualquer vantagem, corrigir, reajustar ou aumentar a remuneração dos servidores públicos municipais e admitir pessoal, mediante lei e havendo prévia dotação orçamentária suficiente para atendimento da respectiva despesa, em observancia aos limites constitucionais e legais.

Parágrafo Unico. Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no caput deste artigo deverão estar previstos no orçamento de 2016 ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 21. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, não excederá os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, observada os limites prudenciais.

Art.22. No exercício financeiro de 2016 a realização de hora extra, quando a despesa com o pessoal houver excedido o limite disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar no 101, de 2000, somente poderá ocorrer nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.23. Serão considerados contratos de terceirização de mão-de-obra, para efeito do disposto no §1o do art. 18 da Lei Complementar n°101, de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, deste que haja vacância dos cargos a serem substituídos, sendo tais despesas contabilizadas como outras Despesas de Pessoal.

CAPÍTULO VI DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DE RECURSOS

PÚBLICOS

Art.24. O Poder Executivo poderá mediante autorização legislativa específica, transferir recursos do Tesouro Municipal, a título de subvenção social, às entidades sem fins lucrativos, as quais desenvolvam atividades nas áreas social, médica, educacional, cultural e desportiva, desde que estejam legalmente constituídas.

$1o. As entidades beneficiadas nos termos do caput deste artigo deverão prestar contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo

$2o. Fica vedada a concessão de subvenção a entidade que não cumprirem as exigências do §1o deste artigo, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Art.25. O Poder Executivo poderá destinar recursos para pessoas físicas ou jurídicas situadas no Município, visando cobrir suas necessidades ou déficit, respectivamente, observadas as disposições contidas em lei municipal específica.

Art.26. A Lei Orçamentária conterá dotação para acobertar despesas com contribuições a entidades que visem o desenvolvimento municipal ou regional.

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67

*Câmara Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO VII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.27. Qualquer Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivos, isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento de 2016, deverá, para sua aprovação, observar os termos do art. 14 da Lei Complementar no101, de 2000, no que couber.

Art.28. O chefe do Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nesses casos, serem considerados os cálculos da estimativa da receita.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DIVÍDA PÚBLICA

MUNICIPAL

Art.29. A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

Art.30. Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.

Art.31. As operações de crédito deverão ser autorizadas por

lei específica e constar do Orçamento Anual para 2016.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-6*7*

PAR sa

*Câmara Municipal de Santa* B*árbara do Monte Verde*

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.32. A despesa de competência de outros entes da Federação só será assumida pelo Município quando firmado convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, previsto recurso na lei orçamentária e que visem ao desenvolvimento municipal.

Art.33. A Administração Municipal, tanto quanto possível até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art.34. A Proposta Orçamentária do Município, relativa ao exercício de 2016, deverá ser elabora de conformidade com o principio de transparência dos atos de gestão, além dos princípios contábeis geralmente aceitos, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas à elaboração, execução e acompanhamento do orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

Parágrafo Único. São instrumentos de transparência dos atos de gestão fiscal, aos quais será ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

1. O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o

orçamento anual;

II. Os relatórios resumidos da execução orçamentária; III. Os relatórios de gestão fiscal; IV. O balanço geral anual; V. As audiências públicas; e VI. As leis, os decretos, as portarias e demais atos do executivo.

Art.35. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2016 não seja devolvido até 31 de dezembro de 2015 ao Poder Executivo para sansão, até que o mesmo o seja, a programação dele poderá ser executada à razão de 1*/*12(um doze avos).

Art.36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Bárbara do Monte Verde, 30 de junho de 2015.

Fábio Nogueira Machado

Prefeito Municipal

Rua José Antônio de Almeida, 169 - Centro - CEP 36132-000 - Santa Bárbara do Monte Verde - MG

Tel.: (32) 3283-8113 - CNPJ: 01.633.260/0001-67